ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

# REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 38 (2023)

30 ANOS ANPEGE

DOI: 10.5418/ra2023.v19i38.16397

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº . 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

# POR UM RESGATE DAS ABORDAGENS TRANSICIONAIS: A BUSCA DE UM SENTIDO NARRATIVO PARA INTERPRETAR A EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS NACIONAIS DE ASSENTAMENTO

***Towards a rescue of transitional approaches: in search of a narrative sense to interpret the evolution of settlement systems***

***Hacia un rescate de los enfoques transicionales: la búsqueda de un sentido narrativo para interpretar la evolución de los sistemas nacionales de asentamiento***

**RODRIGO COELHO DE CARVALHO**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**Resumo:** A partir da corrente epistemológica do “realismo perspectivista”, esse artigo defende a utilização de modelos teóricos transicionais como uma valiosa ferramenta analítica e hermenêutica para o estudo dos fenômenos e processos relacionados à distribuição espacial da população. Ao resgatar teorias e conceitos consagrados na literatura e associar mudanças nas taxas vitais e padrões migratórios com o desenvolvimento dos espaços econômicos nacionais, o modelo apresentado permite uma interpretação holística e dá um sentido narrativo à evolução dos sistemas nacionais de assentamento. Contrariando pressupostos do empirismo lógico, argumenta-se que modelos teóricos podem ser úteis mesmo quando não são empiricamente verdadeiros em todos os seus aspectos e que devem ser julgados em termos pragmáticos, não pela sua “verdade”, em um sentido absoluto ou metafísico. Para fins ilustrativos, o caso brasileiro é brevemente analisado à luz do modelo.

**Palavras-chave**: Abordagens transicionais; Realismo Perspectivista; Distribuição espacial da população; Migrações

**Abstract:** Based on the epistemological current of “perspectival realism”, this paper defends the use of transitional theoretical models as a valuable analytical and hermeneutical tool for the study of phenomena and processes related to the spatial distribution of the population. By rescuing well-stablished theories and concepts in the literature and associating changes in vital rates and migratory patterns with the development of national economic spaces, the presented model allows a holistic interpretation and gives a narrative sense to the evolution of national settlement systems. Contrary to logical empiricism assumptions, it is argued that theoretical models can be useful even when they are not empirically true in all aspects and that they must be judged in pragmatic terms, not in their “truth”, in an absolute or metaphysical sense. For illustrative purposes, the Brazilian case is briefly analyzed in light of the model.

**Keywords:** Transitional approaches; Perspectival Realism; Spatial distribution of population; Migrations

**Resumen:** Partiendo de la corriente epistemológica del “realismo perspectivista”, este artículo defiende el uso de modelos teóricos transicionales como una valiosa herramienta analítica y hermenéutica para el estudio de fenómenos y procesos relacionados con la distribución espacial de la población. Al rescatar teorías y conceptos establecidos en la literatura y asociar cambios en las tasas vitales y patrones migratorios con el desarrollo de los espacios económicos nacionales, el modelo presentado permite una interpretación holística y otorga un sentido narrativo a la evolución de los sistemas nacionales de asentamiento. Contrariamente a los supuestos del empirismo lógico, se argumenta que los modelos teóricos pueden ser útiles incluso cuando no son empíricamente verdaderos en todos los aspectos y que deben ser juzgados en términos pragmáticos, no por su “verdad”, en un sentido absoluto o metafísico. Con fines ilustrativos, se analiza brevemente el caso brasileño a la luz del modelo.

**Palabras clave:** Enfoques transicionales; Realismo Perspectivista; Distribución espacial de la población; Migraciones

## INTRODUÇÃO

A crescente disponibilidade de dados e recursos computacionais nas últimas décadas levou a uma profusão de estudos empíricos sobre a distribuição espacial da população e seu principal determinante atual, a migração. Essa vasta produção não foi acompanhada por um desenvolvimento teórico capaz de lhes dar um sentido comum ou narrativo, importante para situar estudos de caso em contextos espacial e temporalmente mais abrangentes, formular hipóteses e refletir sobre o futuro dos sistemas de assentamento e padrões migratórios. Em uma perspectiva mais ampla, o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2017) enxerga uma "crise da teoria" generalizada nas ciências em função do aumento massivo da disponibilidade de dados e da difusão em alguns meios da ideia de que esses poderiam "falar por si mesmos". Ele refuta essa ideia destacando o valor narrativo e hermenêutico da teoria, que "transcende a positividade do dado e permite inclusive que este apareça sob uma nova luz" (Han, 2017, p. 42). Sem o enquadramento adequado, a massa de dados produzida atualmente não só não produziria conhecimento, mas poderia atuar de forma deformante ao elevar o nível de "ruído".

Mais especificamente no campo dos estudos migratórios, a carência de desenvolvimentos teóricos mais substanciais parece ter se acentuado nas últimas décadas (Skeldon, 2012). De Haas (2010a, p.2, tradução nossa) parece enxergar nesse campo sintomas da "crise da teoria" anteriormente referida:

> Talvez pelo desencorajamento do tabu pós-moderno relativo às "grandes" teorias [...] tem havido uma falta de tentativas sistemáticas de discernir regularidades espaço-temporais subjacentes à complexidade e diversidade dos processos de migração. Os estudos tendem a ser descritivos e raramente visam explicitamente à construção de teorias.

É possível enxergar padrões na forma como os sistemas nacionais de assentamento se desenvolvem e inferir nexos causais entre os processos envolvidos. É de amplo conhecimento que as migrações – essenciais ao entendimento da distribuição espacial da população – não ocorrem aleatoriamente no tempo e no espaço, mas de forma estruturada. Similarmente, sabe-se que a alocação das atividades econômicas está intimamente relacionada à distribuição da população e com a organização dos territórios – condicionadas, a seu turno, por processos como a industrialização e urbanização. Por esses motivos, *teorizar sobre esses temas é possível*. O objetivo desse artigo é mostrar como modelos teóricos transicionais podem contribuir para uma melhor compreensão da evolução dos sistemas nacionais de assentamento. Para isso, apresenta um modelo teórico capaz de guiar a interpretação e dar um sentido narrativo à evolução dos padrões e processos relacionados à (re)distribuição espacial das populações, com especial atenção às migrações, associando essas mudanças a um conjunto mais abrangente de transformações sociais ou ao "desenvolvimento" dos países, em sentido amplo.

Neste trabalho, foi adotada uma abordagem conhecida na filosofia da ciência como "realismo perspectivista", conforme defendida por Ronald Giere (1999; 2006), na qual os modelos são considerados o elemento central do conhecimento científico. Um modelo é uma representação abstrata de uma porção da realidade que, por visar a inteligibilidade,

é por natureza seletiva e simplificadora. Seu ajuste à realidade será sempre parcial e imperfeito, o que não lhes impede de fornecerem *insights* profundos e úteis sobre os fenômenos que representam. Esta visão "semântica" da ciência contesta alguns dos postulados do "empirismo lógico", a concepção científica clássica herdada do Iluminismo, na qual se julgam teorias como verdadeiras ou falsas com base em leis empíricas, ou seja, pela sua concordância com os dados (Burch, 2003). Já na abordagem "baseada em modelos" de Giere (2006), as "leis" ou princípios gerais representados não se referem ao mundo real, mas aos próprios modelos, que conteriam generalizações *formais*, não *empíricas* (Giere, 1999; Burch, 2003). Assim, a ideia não é julgar a validade do modelo pela sua concordância (ou discordância) com dados empíricos, mas considerar quão bem ele se ajusta aos aspectos pretendidos do mundo real. Dados empíricos permanecem importantes, mas são utilizados para julgar o ajuste do modelo em relação a alguma porção do mundo em termos *pragmáticos* e não para determinar se o modelo é verdadeiro ou falso em um sentido absoluto ou metafísico (Burch, 2003).

Como instrumento de investigação científica, modelos teórico-conceituais cumprem uma importante função de enquadramento da realidade, na medida em que esclarecem os limites dos sistemas, representando os processos mais relevantes relacionados ao fenômeno pesquisado. Podem ajudar na formulação de hipóteses ou questões de pesquisa, encontrar lacunas na literatura e melhorar a comunicação entre disciplinas (Heemskerk et al., 2003). Mais especificamente, modelos transicionais, como o apresentado nesse artigo, fornecem uma estrutura narrativa que permite interpretar e refletir sobre possíveis nexos causais entre os processos envolvidos. Para Skeldon (2012), a própria ideia de transição tem sido central para pensar e teorizar sobre o desenvolvimento. Pode ser uma ferramenta de análise muito útil na Geografia e nas Ciências Sociais em geral, com potencial de evitar um relativismo e empirismo excessivos e as interpretações ateóricas que têm sido comuns nos estudos migratórios. Dessa forma, processos econômicos, sociais e políticos, que também se difundem no tempo e espaço, seriam incorporados em abordagens teóricas capazes de "ligar sequências de mudanças na migração com outras variáveis selecionadas através do espaço e do tempo em um sistema integrado de migração e desenvolvimento" (SKELDON, 2012, p. 164, tradução nossa). Similarmente, Pumain (2004) defende a importância de formulações teóricas que contemplem a evolução dos sistemas de assentamento, em contraposição a explicações estáticas. Bourne e Simmons (2004) também defendem a mudança de foco para abordagens das dinâmicas espaciais dentro de um contexto sistêmico mais amplo e flexível, sobretudo devido às complexas transformações espaciais relacionadas à reestruturação econômica, mudanças sociodemográficas e introdução de novas tecnologias.

Embora os riscos da visão excepcionalista em Geografia tenham sido apontados por Fred Schaefer (1953) já na década de 1950, diversas críticas foram feitas à utilização de modelos teóricos espaciais desde então, sobretudo pela vertente "Crítica" da Geografia, popularizada a partir da década de 1970 como uma reação à Geografia "Teorética" ou "Quantitativa" (Moraes, 2007; Santos, 2002). A esse respeito, Gomes e Zaidan (2022) traçam uma breve revisão histórica e epistemológica de fatores (inclusive externos à própria prática científica) que levaram à criação de barreiras para os modelos na Geografia

Brasileira. Mostram que, no acirramento das disputas relacionadas ao movimento de renovação da Geografia, alguns autores sustentavam que para superar o paradigma quantitativo seria necessário abandonar completamente técnicas e abordagens das dinâmicas espaciais *supostamente* inerentes à Geografia Teorética, como modelos, a matemática e a estatística. Essa maneira de agir fez com que "se jogasse a água do banho fora com o bebê dentro no que se refere a perspectiva dos modelos na Geografia Brasileira" (Gomes e Zainan, 2022, p. 1520). Para os autores, isso causou danos, na medida em que fez com que pesquisadores abrissem mão de técnicas e formas de abordagem importantes para as análises geográficas. A percepção desse problema vem "fomentando um movimento de retorno a outros métodos reflexivos em todas as escolas geográficas, mesmo naquelas assentadas na Geografia Crítica marxista, como é o caso das reflexões pela ótica dos modelos" (Gomes, 2021 *apud* Gomes e Zainan, 2022, p. 1521).

Para Roberto Lobato Corrêa (2021, p.51), a construção de modelos é um procedimento relevante para a pesquisa em Geografia e constitui parte integrante do processo cognitivo do ser humano, lhe permitindo se situar e agir sobre a realidade, cada vez mais complexa. A esse respeito, na obra "*Science without laws*" (1999), Ronald Giere argumenta que conceitos como "leis" e "verdade" talvez não sejam adequados à atual prática científica. Em sua perspectiva, modelos teóricos não pressupõem "leis" no sentido tradicional, são objetos abstratos que cumprem uma função de representação, que podem contribuir para a geração de *insights*. Para esse autor, há um processo decisório na construção de modelos, baseado em estratégias para atingir os objetivos desejados, ou seja, sua visão não pressupõe uma pretensa "neutralidade científica", comumente associada ao (Neo)Positivismo (tão criticado pela Geografia Crítica). Giere faz uma analogia com mapas que, assim como os modelos, são construídos para fins práticos e específicos (como mapas geológicos, turísticos, rodoviários etc.) e, por esse motivo, não podem ser considerados como "verdadeiros" ou "falsos", apenas podem ser julgados em termos de sua precisão e efetividade para uma dada finalidade.

Mais especificamente em relação às abordagens transicionais, as críticas mais comuns são que elas têm pretensões universalistas, caráter determinista e são descrições de nível macro baseadas na experiência da Europa Ocidental e América do Norte (como no caso da "teoria da modernização social"). Atualmente, está bem estabelecido que não existe uma única via para o desenvolvimento ou uma sequência universal de padrões de assentamento ou padrões migratórios. Apesar das referidas críticas, modelos transicionais são comuns nas ciências sociais, como é o caso da Transição Demográfica (Notestein, 1945; Caldwell, 1976). Embora essa teoria não descreva com precisão todos os casos individuais, é amplamente aceita nas ciências sociais como representativa de um fenômeno universal ou, pelo menos como uma generalização ideal, mas válida. As etapas da Transição Demográfica foram definidas por um processo de indução, baseado em regularidades empíricas, ou seja, por tendências comumente observadas em diversos países. O mesmo se aplica a outras teorias relacionadas, como a Transição Epidemiológica (Omran, 1971), a Transição Urbana (UNFPA, 2007), entre outras.

Ao resgatar conceitos e *insights* de diferentes teorias, esse artigo procura contribuir para o aprofundamento do debate teórico sobre a distribuição espacial da população e as migrações, necessário para evitar que a literatura sobre esses temas se fragmente em uma coleção de estudos de caso atomizados. O modelo teórico-conceitual proposto visa fornecer uma estrutura útil para a compreensão da evolução de sistemas nacionais de assentamento. Para tanto, faz conexões explícitas entre diferentes conceitos e modelos transicionais já consagrados na literatura, incluindo a Transição Demográfica, a Transição da Mobilidade ou das Migrações (Zelinsky, 1971; Skeldon, 1997; 2012; De Haas, 2010a), a Transição Urbana e a Reversão da Polarização (Richardson, 1980). Aborda a classificação e a evolução da relação entre espaços urbanos e rurais (relacionada, entre outras coisas à Transição Urbana) e a relação entre espaços contínuos-contíguos e redes espaciais (abordadas por autores como Haesbaert, 2004; Santos, 2002; Castells, 1996 entre outros), entre outros aspectos. Ao descrever estágios estilizados do desenvolvimento dos espaços nacionais, relaciona mudanças sequenciais nos padrões de (re)distribuição populacional com ciclos espaciais mais amplos de concentração e dispersão, englobando diferentes processos espaço-temporais.

Esse trabalho está dividido em quatro partes, além dessa introdução. Na seção seguinte, são apresentados os fundamentos teórico-conceituais que embasaram a construção do modelo. Em seguida, cada um de seus estágios é descrito e discutido em detalhes e uma representação esquemática e resumida do modelo é apresentada em painel único. A seção subsequente discute, em linhas gerais, como o caso brasileiro poderia ser interpretado à luz do modelo. Por fim, são feitas algumas considerações finais relativas aos limites e potencialidades da abordagem proposta.

## FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DO MODELO

Nesta seção serão apresentados os fundamentos mais básicos das teorias e conceitos incorporados ao modelo teórico (para uma visão mais aprofundada, recorrer às referências bibliográficas mencionadas). Por tratar-se de um modelo espaço-temporal, antes de tudo, é importante considerar como essas dimensões são tratadas. Quanto à dimensão *temporal*, são abordadas mudanças estruturais de longo prazo, sendo que a duração de cada estágio pode variar consideravelmente entre países e regiões. Como em qualquer modelo transicional, a ideia de "desenvolvimento" está implícita em sua construção. Todavia, é importante ressaltar que, embora associada ao progresso técnico, urbanização, industrialização e ao crescimento econômico, a progressão para estágios mais avançados não implica necessariamente em maiores níveis de bem-estar social (uma crítica comum e pertinente feita às "teorias da modernização social"). Sabe-se que os mesmos processos que conduzem "sociedades rurais tradicionais" (estágio inicial) à condição de "sociedades urbanas e industrializadas" (último estágio) podem produzir quadros perversos de exclusão social, desigualdades regionais e degradação ambiental. Portanto, não há qualquer juízo de valor implícito na concepção de desenvolvimento

adotada neste trabalho – nem nostalgia em relação a um passado idealizado nem uma exaltação simplista do "progresso" que leva à "modernização" das sociedades.

Neste artigo adotaremos o conceito de "desenvolvimento" na acepção proposta pelo geógrafo Hein De Haas (2010a, 2010b, 2010c), ou seja, como um amplo processo de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Para esse autor, a migração é parte integral desse processo e não uma variável exógena e independente capaz de "gerar" ou "obstruir" o desenvolvimento dos países e regiões. Da relação funcional e recíproca entre migração e desenvolvimento emerge uma multiplicidade de situações que impede a adoção de uma perspectiva meramente pessimista ou otimista – há complexos mecanismos de *feedback* não lineares envolvidos nessa relação que podem produzir efeitos negativos, positivos ou híbridos. Como o modelo procura elucidar a evolução dos sistemas nacionais de assentamento, a migração assume um papel de destaque pela sua singularidade entre as variáveis demográficas em sua capacidade de redistribuir a população e pela sua relação com a urbanização.

Quanto à dimensão *espacial*, algumas qualificações mais aprofundadas são necessárias, a começar pela abordagem da relação entre as redes e espaços contínuos-contíguos, dois modos distintos de organização, influência e controle dos territórios subjacentes à representação de todos os estágios do modelo. A crescente proeminência das redes levou alguns autores à falsa conclusão de que esses "tipos ideais" de organização espaço-territorial são mutuamente exclusivos. No entanto, esse antagonismo não é real e refere-se ao que Rogério Haesbaert denominou de "Mito da Desterritorialização" (2004). Há uma sobreposição e interação de lógicas "zonais" e "reticulares" no espaço e no tempo que, embora aparentemente multiformes, suportam todas as práticas espaciais. O conceito de rede apenas enfatiza o dinamismo do espaço e a possibilidade de conexões entre espaços descontínuos. Fluxos materiais e imateriais conectando espaços sempre existiram – a novidade é que eles vêm se tornando mais amplos, rápidos e diversificados, permitindo comunicação instantânea e influência e controle sobre territórios à distância. As redes vêm se tornando o "instrumento" por excelência do poder (Castells,1996) e assumem um papel inédito no que diz respeito ao controle de territórios.

Um efeito da maior proeminência das redes é a submissão progressiva da totalidade dos territórios nacionais à influência das cidades, sobretudo as metrópoles, seja por meio de suas hinterlândias (entendidas aqui como a área de influência direta das cidades, em uma perspectiva "zonal" tradicional) ou por articulações em rede. Esse processo de expansão do fenômeno urbano para além das cidades é o cerne do conceito de "urbanização extensiva", proposto por Monte-Mor (1994, 2006). O autor postula que, através de redes, o tecido urbano se difunde, promovendo a integração de potencialmente todos os espaços regionais a malhas mundiais. À luz desse conceito, é possível fazer uma leitura mais aprofundada do fenômeno da "transição urbana", para além da simples conformação de uma sociedade majoritariamente urbana. Para Monte-Mor, a transição urbana seria uma forma e processo socioespacial que estenderia aos espaços regionais e nacionais como um todo as condições de produção anteriormente restritas aos espaços urbanos.

À medida que os espaços nacionais se desenvolvem, a urbanização extensiva se manifesta de forma cada vez mais evidente, com efeitos na configuração dos espaços urbanos e rurais e em suas relações. Nos primeiros estágios do modelo, a distinção urbano-rural, materializada na dicotomia campo-cidade, é mais clara. À medida que os países se desenvolvem e a lógica urbana-industrial de (re)produção do espaço se difunde para o meio rural (por exemplo, através da modernização agrícola e a expansão de frentes de exploração mais capitalistas), os contrastes que tradicionalmente separam o campo e a cidade se enfraquecem, levando à formação de um "*continuum rural-urbano*". Esse conceito, bastante difundido na literatura desde meados do século passado (Duncan, 1957), em suas várias acepções, diz respeito a aspectos socioculturais, econômicos e espaciais (como "modos de vida", estrutura ocupacional, aspectos morfológicos dos assentamentos etc.). Embora o progressivo obscurecimento dos limites que separam áreas urbanas e rurais não seja abordado estágio por estágio, está direta ou indiretamente relacionado a todas as outras dinâmicas representadas.

Todos os processos acima referidos estão interconectados – a maior proeminência das redes como modo de organização espaço-territorial, o obscurecimento dos limites que separam áreas urbanas e rurais, a urbanização extensiva e a transição urbana subjazem a progressão de estágios do modelo. Contudo, ele também incorpora explicitamente outros modelos transicionais, a começar pela *Transição Demográfica* (Notestein, 1945; Caldwell, 1976), que descreve a transição de um regime de altos níveis de mortalidade e fecundidade para um regime de baixos níveis, de acordo com o estágio de desenvolvimento socioeconômico dos países ou regiões. Apesar das grandes diferenças entre países no que diz respeito ao níveis iniciais e taxas de declínio da fecundidade e mortalidade (bem como das razões para o declínio), a extrapolação das tendências nas taxas vitais inicialmente observadas nos países mais desenvolvidos para os países em desenvolvimento mostrou-se adequada e de grande utilidade para pesquisadores e formuladores de políticas públicas.

Uma crítica comum à Transição Demográfica é a não inclusão das migrações, um dos três componentes da dinâmica demográfica. Nesse sentido, para Zelinsky (1971), a Transição Demográfica seria, na verdade, uma "Transição Vital", por considerar apenas nascimentos e mortes. Para preencher essa lacuna, levantou a hipótese da "*Transição da Mobilidade",* procurando relacionar modificações nos padrões migratórios com estágios da Transição Demográfica e do desenvolvimento socioeconômico, em uma abordagem integrada e sistêmica. Argumentou que "a transição da mobilidade é muito parecida com a demográfica e a de outras sequências transicionais ainda não adequadamente descritas" (Zelinsky, 1971, p.222, tradução nossa). Assumindo a presença de regularidades padronizadas no espaço e no tempo ao longo da história recente, criou um modelo que representa mudanças ordenadas em relação à forma e intensidade da mobilidade espacial. Zelinsky pretendia que o modelo fosse um "esquema altamente idealizado e flexível que proporcionasse uma visão geral de uma variedade de lugares e períodos" (Zelinsky, 1971, p.229, tradução nossa). Além disso, argumentou que a transição da mobilidade

> [...] é indiferente a 'acidentes' ou circunstâncias excepcionais; é de pouca ajuda na descrição ou previsão de padrões específicos de migração ou circulação para uma pequena área particular ou conjunto de áreas durante um período curto; é deliberadamente vago nas distâncias indicadas, tempo decorrido e taxas. Mas se a geografia e a história forem vistas em um foco extremamente suave através das lentes da hipótese, elas podem ter valor em quaisquer percepções mais amplas que estejam por vir (Zelinsky, 1971, p.229, tradução nossa).

Por esses motivos, a "Transição de Mobilidade" também foi incorporada ao modelo, mas da forma relativizada proposta por Skeldon (2012) e De Haas (2010a), que falam em "*Transições da Migração*" – para enfatizar a dificuldade ou impossibilidade de se generalizar uma única sequência de padrões migratórios (como o modelo se refere a sistemas *nacionais* de assentamento, apenas migrações internas serão consideradas neste trabalho). Segundo Skeldon (2012), essas transições referem-se a mudanças nos padrões de migração dentro de certos contextos e à difusão desses processos através do espaço e do tempo, que não se manifestam de uma forma única e não seguem uma tendência linear e universal. Postula que, à medida que os países e regiões se desenvolvem, os padrões de mobilidade evoluem, remodelando os padrões de assentamento e as atividades econômicas. Essas transições podem ocorrer em prazos longos ou curtos, dependendo dos fatores desencadeadores e das transformações no contexto nacional. Por sua vez, De Haas (2010a) destaca que a migração, assim como quase todos os fenômenos sociais, é um processo complexo, diversificado e confuso e não é razoável esperar que um único modelo ou teoria seja suficiente ou capaz de abranger todas as nuances e situações observadas em diferentes países e regiões e em diferentes momentos no tempo – o que não significa que deveríamos abandonar todas as tentativas de teorizar as migrações.

Para ajudar a compreender as mudanças nos padrões espaciais de (re)distribuição populacional dentro dos sistemas de assentamento nacionais, também foi incorporado o modelo da "*reversão da polarização*" proposto por Richardson (1980). Trata-se do "[...] ponto de inflexão em que as tendências de polarização espacial na economia nacional dão lugar a um processo de dispersão espacial a partir da região central para outras regiões do sistema" (Richardson, 1980, p.67, tradução nossa). Esse processo, observado em vários países, é um dos componentes essenciais da teoria proposta pelo autor para descrever o desenvolvimento dos espaços nacionais. Richardson (1980) chama atenção para o fato de que, mesmo quando um processo claro de reversão da polarização é desencadeado, "desconcentração" ou "dispersão" podem ser termos enganosos, dada a necessidade de se gerar economias de aglomeração fora da região central como fatores de atração.

Pelo menos inicialmente, a reversão da polarização implicaria em desconcentração populacional apenas na própria região central. Esse é um ponto importante pois o termo "desconcentração" é frequentemente empregado de forma vaga ou pouco rigorosa e a forma como as transições variam ao longo do tempo depende da escala de análise (Skeldon, 2012). No desenvolvimento dos espaços nacionais, coexistem forças centrípetas e centrífugas que impulsionam os fluxos populacionais e econômicos e que dependem

das escalas observadas, ou seja, os processos de concentração e desconcentração espacial referidos nesse trabalho são relativos e não absolutos. Por fim, vale ressaltar que a expansão e o adensamento do sistema urbano estão diretamente relacionados ao fortalecimento do modo de organização espaço-territorial em rede pois a concentração ou dispersão de populações e atividades econômicas não é um processo homogêneo ou contínuo no espaço. Na próxima seção, cada estágio do modelo será descrito.

## APRESENTAÇÃO DO MODELO

O arcabouço teórico-conceitual e as qualificações apresentadas na seção anterior orientaram a elaboração de um modelo teórico transicional descritivo dos padrões e processos relacionados ao desenvolvimento dos espaços nacionais na forma de ciclos de concentração e dispersão. A Figura 1 mostra uma representação esquemática e resumida do modelo em painel único, apresentando uma estrutura de cinco estágios sequenciais similares aos utilizados na Transição Demográfica e da Mobilidade, mas incorporando também dinâmicas espaciais urbanas e econômicas. A segmentação em etapas discretas visa apenas a inteligibilidade, uma vez que esses processos se manifestam de maneira contínua ao longo do tempo. Como na proposta de Zelinsky (1971), as fases de diferentes transições são colocadas em posição paralela para sugerir contemporaneidade e, possivelmente, interdependência. Embora seja esperado um alto grau de interação entre os processos representados devido a efeitos de *feedback*, não é possível estabelecer relações diretas e inequívocas de causalidade entre eles. Também não há indicação da duração de cada estágio, que pode variar consideravelmente entre países e mesmo entre regiões de um mesmo país, as quais podem estar defasadas umas em relação a outras quanto a certos aspectos do modelo.

A representação visual não deve ser interpretada literalmente – é apenas uma referência para uma melhor compreensão do modelo e uma ilustração dos seus conceitos-chave. O maior desafio desse tipo de representação é contemplar simultaneamente dimensões materiais e imateriais. Como visto na seção anterior, não há maneira óbvia de distinguir áreas urbanas e rurais em uma representação visual, especialmente em fases mais avançadas de desenvolvimento. Similarmente, os modos reticular e zonal de organização espaço-territorial também se sobrepõem no espaço e no tempo, o que dificulta a representação. Ao abordar o caráter multifacetado dos processos espaciais, o modelo fornece uma base para a interpretação das mudanças nos padrões migratórios e de assentamentos humanos no mundo real. O modelo começa em um estágio de *relativa dispersão*, onde o "modo zonal" de organização espaço-territorial prevalece sobre o "modo reticular". Nas fases subsequentes, à medida que mudam os padrões de (re)distribuição populacional, há aumento progressivo da proeminência das redes, conduzindo a uma nova fase de "desconcentração", mas desta vez com o "modo reticular" prevalecendo sobre o "modo zonal". A seguir, cada "ciclo espacial" será descrito em detalhes.

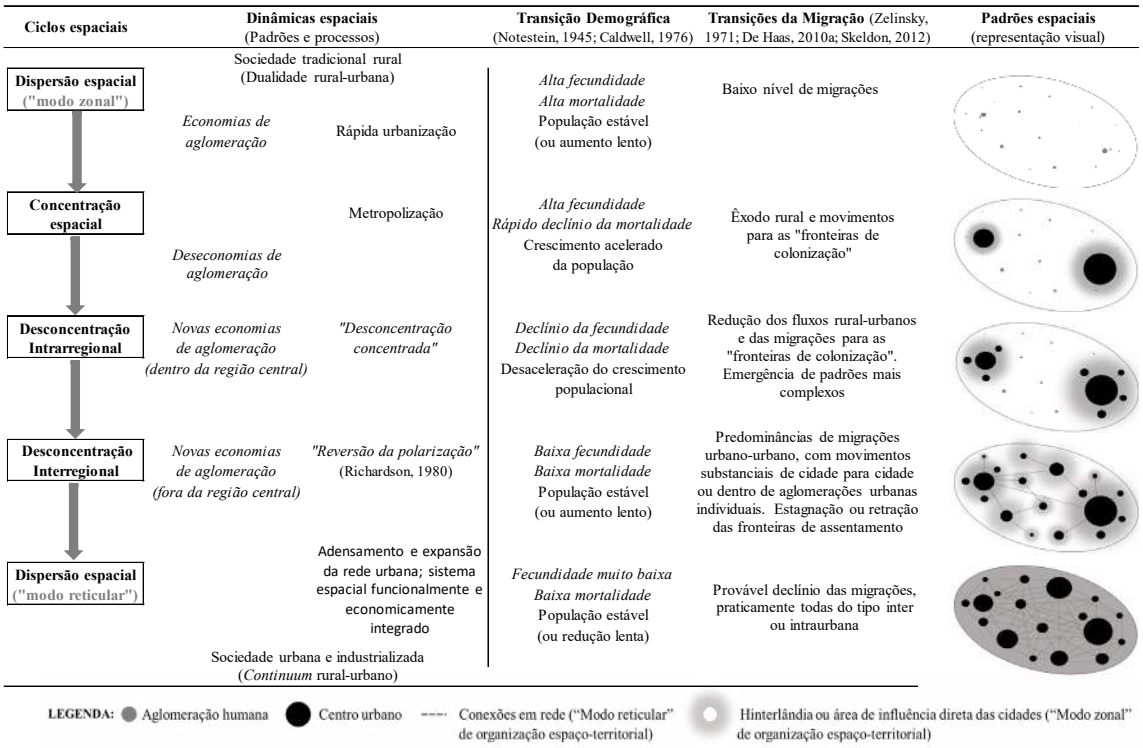
## 1º Estágio – Dispersão espacial

O modelo parte de um estágio de relativa dispersão espacial da população. Refere-se a uma sociedade rural e agrícola tradicional, caracterizada por altos níveis de fecundidade e mortalidade. A população é estável ou apresenta crescimento lento. Zelinsky (1971, p. 230) postula que, na fase inicial da "Transição da Mobilidade", haveria "pouca migração residencial genuína e apenas uma circulação limitada". Embora o modo zonal de organização espaço-territorial prevaleça neste ponto, deve ficar claro que conexões reticulares estão presentes mesmo nas nações mais rurais, considerando que "uma das principais características dos assentamentos humanos é a presença de vários nós separados ou centros de atividade concentrada" (Hansen, 1976, p. 2-3, tradução nossa). Por fim, nesse estágio do modelo, há uma relação rural-urbana dual e uma separação mais nítida entre "campo" e "cidade".

## 2º Estágio – Concentração espacial

Devido à escassez de recursos e investimentos, o início do processo urbano-industrial de desenvolvimento nacional começa em apenas uma ou duas regiões, conforme postulado pela teoria da "reversão da polarização". Segundo Richardson (1980, p.67), um processo de causação cumulativa emerge devido aos "retornos crescentes de escala e consequente polarização de qualquer excedente de trabalho e capital de outras regiões". O declínio da taxa de mortalidade e a manutenção de altos níveis de fecundidade (especialmente nas áreas rurais) resultam em uma estrutura etária jovem e um aumento muito rápido da população, criando um excedente de mão de obra capaz de atender às demandas das áreas urbanas em rápido crescimento. O rápido crescimento natural aliado a movimentos massivos do campo para as cidades ou "êxodo rural" (Zelinsky, 1971) induz um processo de concentração espacial, ao possibilitar o crescimento demográfico diferencial das regiões centrais. Paradoxalmente, à medida que a terra se torna gradativamente um recurso mais valioso e escasso, a pressão causada pela "explosão demográfica" nas áreas rurais também induz a expansão do sistema de assentamento nacional nas "fronteiras de colonização", embora em grau muito menor se comparado à expansão das áreas urbanas. Nesta fase, o modo zonal de organização espacial, influência e controle dos territórios ainda prevalece sobre o reticular, com a região central e seu interior dominando o resto do espaço econômico nacional (a "periferia"). Contudo, observada uma perspectiva reticular, a topologia de rede "estrela" – ou seja, uma estrutura espacial monocêntrica altamente centralizada – começa a emergir no sistema urbano, com a consolidação das metrópoles (processo de "metropolização").

**Figura 1** – Padrões e processos relacionados à evolução dos sistemas nacionais de assentamento (representação em painel único do modelo teórico)




## 3º Estágio – Desconcentração Intrarregional

Esta etapa é caracterizada por uma "relativa descentralização das atividades econômicas para 'centros-satélites' dentro da região central" (Richardson, 1980, p.67, tradução nossa) ou "desconcentração concentrada". Esse processo é desencadeado pela formação das *deseconomias de aglomeração* – aumento dos preços de todos os insumos (principalmente do espaço), dos custos de transporte (em termos de dinheiro e tempo) e a inviabilidade de desenvolver certas atividades econômicas em áreas altamente saturadas (Sposito, 2007). Como resultado, novas economias de aglomeração são geradas em localidades selecionadas da "periferia", mas as regiões centrais continuam crescendo a um ritmo superior ao resto do país. À medida que a fecundidade diminui e os níveis de mortalidade começam a se estabilizar, resultando em um ritmo mais lento de aumento natural, as migrações se consolidam como o mais importante mecanismo da (re)distribuição populacional. Os fluxos migratórios rural-urbano apresentam uma rápida redução relativa ou mesmo absoluta, sendo superados pelos movimentos urbano-urbanos. Padrões migratórios e de circulação mais complexos emergem dentro da rede urbana, de cidade para cidade ou dentro de uma mesma região metropolitana (Zelinsky, 1971, p. 243-244). O fluxo em direção às fronteiras de colonização diminui à medida que a pressão demográfica se reduz nas áreas rurais e formas de agricultura e pecuária menos demandantes de mão de obra passam a dominar nessas áreas. À medida que as restrições espaciais aos fluxos de informação, capital, bens e população enfraquecem, o "modo reticular" de organização espaço-territorial ganha importância. Isso não leva

necessariamente à conformação de um sistema menos hierárquico, mas emergem formas de territorialização que desafiam a configuração espacial “centro-periferia”.

## 4º Estágio – Desconcentração Inter-regional

Esta etapa é marcada pela “reversão da polarização” (Richardson, 1980), quando a desconcentração intrarregional é acompanhada de dispersão *inter-regional*. Esse processo ocorre devido a escalada das deseconomias de aglomeração nas áreas metropolitanas, que induz a realocação de atividades econômicas. Isso leva um número crescente de migrantes a escolher destinos urbanos fora das regiões centrais e a formação de novas economias de aglomeração. Com a expansão e adensamento do sistema urbano, as cidades médias ganham importância como polos de atração de migrantes e atividades econômicas e as regiões metropolitanas passam a apresentar taxas de crescimento abaixo da média nacional e de seu entorno. Quanto à Transição Demográfica, a fecundidade e a mortalidade atingem níveis baixos, resultando em lento aumento ou mesmo estabilização da população e, consequentemente, uma redução do número de potenciais migrantes. Isso impossibilita fluxos populacionais nos mesmos níveis das fases anteriores da Transição da Mobilidade. Além disso, a expansão de formas de produção mais intensivas em capital no meio rural, menos demandantes de mão de obra (principalmente não qualificada) podem levar à estagnação ou mesmo retração das fronteiras de assentamento. Os movimentos rural-urbano continuam, mas são ainda mais reduzidos em termos absolutos e relativos. Observa-se uma vigorosa migração entre áreas urbanas dentro de uma elaborada rede de metrópoles de maior e menor porte (Zelinsky, 1971, p.245). Os fluxos migratórios tornam-se mais dispersos, assim como os padrões de atividades econômicas e de ocupação humana, resultado do fortalecimento das tendências anteriores. A expansão e o adensamento do sistema urbano estão diretamente relacionados ao fortalecimento do modo de organização espaço-territorial em rede, o que pode elucidar o aparente paradoxo das tendências de dispersão ocorrendo ao mesmo tempo em que a população se torna cada vez mais urbana, ou seja, mais *concentrada* em cidades.

## 5º Estágio – Dispersão espacial

A última etapa, que se refere a uma sociedade urbana e industrializada, é, novamente, de relativa desconcentração espacial. No entanto, “desconcentração” aqui assume um significado diferente do primeiro estágio, devido ao forte predomínio do “modo reticular” sobre o “modo zonal” de organização espaço-territorial (que, no entanto, não deixa de existir). O modelo proposto por Richardson (1980) sugere um caminho de maior integração funcional e econômica em um sistema espacial composto por regiões interdependentes. Dada a estabilidade ou mesmo declínio da população, caracterizada por níveis muito baixos de fecundidade e baixos níveis de mortalidade, o papel da migração como principal mecanismo de redistribuição populacional se consolida, embora

com um impacto decrescente. No estágio correspondente da "Transição da Mobilidade" de Zelinsky (1971), quase todas as migrações são interurbanas ou intraurbanas. A esse respeito, deve-se enfatizar que, nesse ponto, a distinção entre áreas urbanas e rurais torna-se confusa, devido à formação de um *continuum rural-urbano*.

## UMA BREVE DISCUSSÃO DO CASO BRASILEIRO À LUZ DO MODELO

Para fins ilustrativos, nesta seção, o caso brasileiro será avaliado à luz do modelo teórico. Serão aludidas apenas mudanças estruturais de larga escala, pois interpretar a evolução dos padrões e processos relacionados à distribuição da população em uma área com a magnitude e complexidade do território brasileiro é uma tarefa que foge às possibilidades de um único artigo (para maior aprofundamento, verificar as referências bibliográficas fornecidas ao longo do texto).

Durante o período colonial e mesmo depois disso, o território brasileiro poderia ser descrito como um "mosaico demográfico e econômico altamente descentralizado" (Martine e Diniz, 1997, p.208, tradução nossa), característico do primeiro estágio do modelo. As atividades econômicas e a população estavam dispersas pelo território, condicionadas pela inserção de matérias-primas e alimentos brasileiros no mercado internacional. As redes de comércio e outros tipos de conexões espaciais limitavam-se a espaços intrarregionais formados principalmente para atender às demandas de novas cidades, desenvolvidas em decorrência de ciclos específicos de exportação (Martine e Diniz, 1997).

O início de um processo mais consistente de urbanização e de articulação regional no Brasil começou apenas no final do século XIX – a princípio, a partir da produção cafeeira e, posteriormente, como consequência da "industrialização por substituição de importações" provocada pelas Guerras Mundiais e da crise econômica de 1930, que mudou o foco da produção do mercado externo para o interno e aumentou a demanda por mão de obra nas cidades. As mudanças econômicas, sociais, políticas e demográficas desse período tiveram um forte impacto no sistema nacional de assentamento, que passa a assumir características correspondentes ao segundo estágio do modelo. Um processo de profunda concentração começou a ocorrer no "eixo Rio de Janeiro-São Paulo", que se consolidou como a "região central" brasileira do ponto de vista econômico e demográfico. Assim como em outros países da América Latina, o ritmo da urbanização no país se deu de forma muito mais acelerada do que na Europa e outros países desenvolvidos, e só foi possível com o início da também acelerada transição demográfica brasileira, acompanhada de massivos fluxos migratórios em direção às cidades. Esse "êxodo rural" combinado com um processo de industrialização é uma etapa típica da "transição da mobilidade" proposta por Zelinsky (1971) e é indicativa da transição para o segundo estágio.

Embora os movimentos populacionais suprissem a demanda por mão de obra na então pujante economia sudestina, eles também foram responsáveis pela conformação de "deseconomias de aglomeração", notadamente na Região Metropolitana de São Paulo – um dos fatores mais característicos da mudança para o terceiro estágio ("desconcentração

intrarregional"). Vários autores apontaram um processo de reestruturação produtiva na década de 1970, especialmente no que se refere às atividades industriais, quando um longo ciclo de concentração econômica atingiu um ponto de inflexão (para uma descrição mais detalhada desse processo, consultar Azzoni,1986; Haddad, 1989; Diniz, 1993; Pacheco, 1996; Negri, 1994; Martine e Diniz, 1997 e Cano, 2011). No entanto, o que ocorreu não foi uma dispersão econômica generalizada, mas apenas um processo limitado de adaptação espacial na área mais industrializada do país, ou seja, uma "desconcentração concentrada" (Diniz, 1993; Azzoni, 1986; Lencioni, 1986). Considerando que a distribuição espacial da população e a alocação das atividades econômicas são altamente relacionadas, as novas exigências locacionais engendradas pela reestruturação produtiva influenciaram fortemente a redistribuição da população brasileira.

Como esperado na etapa de "desconcentração intrarregional", a "região central", sobretudo o estado de São Paulo, foi o primeiro a ser afetado. Houve relativa diminuição da participação da Região Metropolitana de São Paulo na produção industrial brasileira e uma relativa desconcentração demográfica no estado homônimo. Desde a década de 1970, houve uma diminuição proporcional da população nas capitais dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, os dois municípios mais populosos do país (Carvalho, 2017), um aspecto condizente com a quarta etapa do modelo. Vale ressaltar que houve um lapso temporal entre as dinâmicas econômicas e migratórias na escala nacional, uma vez que os impactos mais amplos da "desconcentração econômica" sobre os movimentos populacionais se tornaram evidentes apenas na década seguinte (Martine, 1994; Martine e Diniz, 1997, Matos e Baeninger; 2004; Baeninger, 2011). Conforme postulado pelo modelo de transição da mobilidade, as migrações entre áreas urbanas tornaram-se predominantes na década de 70 (Matos e Baeninger, 2004), quando a maioria da população já vivia em cidades e os estoques de população rural já haviam sido drasticamente reduzidos em função dos altos volumes migratórios das décadas anteriores.

Na década de 1980, a de pior desempenho econômico da história moderna brasileira, os efeitos da "reestruturação produtiva" iniciada na década anterior passaram a impactar mais claramente as migrações e os padrões de assentamento no país. Desde então, as transformações no espaço econômico nacional levaram a mudanças dramáticas na composição, volumes e direções dos fluxos migratórios (IPEA-IBGE-UNICAMP, 2002; Matos e Baeninger, 2004; Brito, 2006; Baeninger, 2011; Braga, 2011; Rigotti e Cunha, 2012). Esse foi um período de inflexão de tendências no que se refere à (re)distribuição populacional, resultado de uma interação complexa de fatores socioeconômicos, políticos e demográficos. A partir desta década, muitos autores apontaram um processo de "desconcentração populacional" no Brasil, supostamente um reflexo tardio da reestruturação produtiva e relativa desconcentração econômica iniciada na década anterior.

Até aqui, os postulados do modelo teórico se aplicam perfeitamente ao caso brasileiro, mas a mudança para o que seriam os dois últimos estágios é uma questão que incita polêmicas entre estudiosos. Mais particularmente, a desconcentração inter-regional – característica do quarto estágio – é o aspecto mais controverso sobre a ocorrência da reversão da polarização no Brasil (Cunha, 2002; Lobo e Matos, 2011). Enquanto alguns

defendem que houve uma relativa desconcentração baseada numa "fragmentação" da economia regional, com o surgimento de "ilhas de prosperidade" em diferentes regiões (Pacheco,1998 *apud* Cunha, 2002), autores como Azzoni (1986) e Lencioni (1996) rejeitaram a ideia da reversão da polarização pela limitação espacial desses processos no território nacional. Na mesma linha, Diniz (1993) argumentou que a desconcentração ocorreu dentro de um "polígono de desenvolvimento", restrito a espaços seletivos bem equipados e ricos em externalidades do centro-sul do país. Nessa perspectiva, a "desconcentração inter-regional" teria ocorrido apenas em uma porção limitada do país, a mais desenvolvida e dinâmica.

Como levantado por Lobo e Matos (2011, p. 86), as conclusões de Diniz (1993) não teriam levado em consideração o papel das redes geográficas, consideradas pelos autores como "mais eficientes à análise econômico-espacial do que as visões duais do território brasileiro, presentes em recortes espaciais como o do polígono de desenvolvimento de Diniz". De fato, as novas formas de territorialização, mais relacionadas a redes, desafiam simples dicotomias como "centro-periferia" e "rural-urbano". Vale lembrar que a difusão de processos espaciais descontínuos através de estruturas reticulares é esperada para o quarto estágio do modelo. Além disso, considerada a peculiaridade do território brasileiro em termos de sua extensão e o fato de o Brasil ser um país populoso, mas pouco e irregularmente povoado, seria muito improvável que um processo de desconcentração inter-regional – na verdade, qualquer outro processo espacial – se estendesse pela totalidade do território nacional. Nesse sentido, mesmo que não se possa afirmar que tenha ocorrido uma "reversão da polarização" no Brasil, isso não significa que as forças operantes que levaram a uma desconcentração inter-regional em outros países não tenham atuado no país – elas apenas se manifestaram de forma condizente com as condições de ocupação do seu território.

Como todo modelo, o proposto por Richardson (1980) é uma representação generalizada, simplificada e idealizada e não uma descrição *ad hoc* de um processo de desconcentração. Por esses motivos, o princípio ou condição da desconcentração inter-regional se sustenta. Um modelo não se confunde com a realidade, sempre carrega um erro intrínseco em sua construção e nos resultados que gera, o que não necessariamente o invalida ou impede que forneça *insights* sobre os processos e fenômenos que representa (Gomes e Zainan, 2022; Giere, 1999). Nos termos propostos por Giere (1999), a questão empírica central, relativa ao realismo do modelo, diz respeito ao seu ajuste (sempre parcial e imperfeito) em relação a determinados aspectos, ou seja, ao seu grau de precisão (aproximação do real) e utilidade, não se o modelo é "verdadeiro" ou "falso". Logo, as evidências que sugerem que processos de desconcentração espacial extrapolaram os limites da "região central" brasileira, como a formação de novas economias de aglomeração fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, indicam a transição para o que se seria o quarto estágio do modelo.

Quanto à "estagnação ou retração das fronteiras de assentamento" – outra característica da quarta etapa do modelo – observou-se, de forma geral, uma taxa de expansão decrescente das "fronteiras de colonização" a partir da década de 1980 (Martine e

Diniz, 1997). Os processos de desconcentração industrial também perderam intensidade e dinamismo a partir da década de 1980, com o fim de um ciclo de investimentos e enfraquecimento das políticas macroeconômicas e de desenvolvimento regional do governo federal (Cano, 2011). No entanto, a urbanização e as migrações não seguem linearmente a instalação das atividades econômicas. Vários estudos apontaram um processo de descompressão do sistema urbano, nomeadamente no que se refere à crescente importância das cidades médias. Desde a década anterior, o ritmo de crescimento das metrópoles já havia se tornado inferior ao crescimento médio da população urbana (Matos e Baeninger, 2004; Lobo e Matos, 2011). Os novos padrões migratórios refletiram um processo de desconcentração populacional relativo, dados os padrões de fluxos mais dispersos entre as áreas urbanas, sustentados por uma rede urbana em expansão e mais densa (Matos, 2000; Lobo e Matos, 2011). Segundo Matos e Baeninger (2004), a relativa desconcentração do sistema urbano brasileiro possibilitou a inserção de cidades pequenas e médias na dinâmica das grandes aglomerações urbanas, especialmente as metrópoles, aumentando os laços de interdependência e complementaridade entre as diferentes partes do sistema (características previstas para o último estágio do modelo).

A década de 1990 foi marcada pela consolidação das tendências observadas na década anterior. O declínio da fecundidade continuou a reduzir o ritmo de crescimento de potenciais migrantes e populações de áreas urbanas consolidadas (Rigotti, 2006). Na década de 2000, a fecundidade caiu abaixo do nível de reposição populacional e o número de migrantes captados no Censo Demográfico de 2010 apresentou uma considerável redução em diferentes níveis de agregação espacial, aspectos condizentes com o último estágio do modelo (Carvalho, 2017). Brito (2009) destaca que as massivas transferências inter-regionais de população observadas nas décadas anteriores já não eram mais viáveis, tanto do ponto de vista social e econômico quanto demográfico. Por esse motivo, o ritmo de redistribuição da população brasileira está longe de ser intensivo ou ter o mesmo impacto que os processos de concentração populacional ocorridos entre as décadas de 1940 e 1970 e grandes mudanças nos padrões de assentamento ou novos ciclos de concentração massiva (por exemplo, na forma de metropolização) são altamente improváveis no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assumindo a perspectiva epistemológica do “realismo perspectivista”, esse artigo foi um esforço para contribuir para o resgate da reflexão teórica nos estudos relativos à distribuição espacial das populações, com especial destaque às migrações. Defendeu-se a utilização de modelos teóricos transicionais pelo seu valor pragmático, mesmo que não sejam “verdadeiros” em um sentido absoluto ou metafísico. Todos os modelos são inerentemente incompletos e simplificadores, mas são exatamente essas características que os tornam tão úteis para dar sentido a uma realidade de outra forma inapreensível. A partir de um arcabouço teórico-conceitual fundamentado em trabalhos consagrados na literatura, foi proposto um modelo capaz de fornecer uma estrutura narrativa capaz de

auxiliar na interpretação da evolução de dinâmicas e padrões complexos de (re)distribuição populacional, como ilustrado na breve análise do caso brasileiro. Naturalmente, as etapas do modelo não refletem com precisão a evolução do espaço nacional, mas à luz do modelo foi possível traçar paralelos entre diferentes padrões e processos espaciais.

Análises fundamentadas em abordagens teóricas transicionais como a realizada nesse artigo, além do seu intrínseco valor didático, podem incitar reflexões sobre as causas das diferenças nos sistemas nacionais de assentamento e sobre suas tendências futuras. Todavia, parafraseando Roberto Lobato Corrêa (2021, p.54), "modelos não são nem receita de bolo nem camisa de força". Atualmente, está bem estabelecido que não existe uma única via para o desenvolvimento ou uma sequência universal de padrões espaciais ou migratórios, mas não é sensato descartar por completo aportes teóricos úteis devido a exceções e inconsistências pontuais. Da mesma forma, não é sensato ignorar as limitações desse tipo de abordagem. Além do caráter determinístico, o foco em níveis agregados e em mudanças de longo prazo, frequentemente modelos transicionais não explicitam claramente os mecanismos causais subjacentes aos processos que descrevem, não esclarecem como seria o mundo "pós-transição" e não levam em consideração a possibilidade de estagnação ou reversibilidade. Todavia, mais grave que essas limitações, é a negação da reflexão teórica enquanto elemento essencial da construção do saber científico. A rejeição de toda e qualquer forma de generalização implica em um alto risco de fragmentação do conhecimento, impedindo a construção de uma fundação sobre a qual ele possa ser construído de forma cumulativa e reflexiva. A respeito dos desafios da elaboração teórica nas ciências sociais, encerraremos com uma citação de Hein De Haas, baseada em reflexões de outros importantes teóricos das migrações:

> A construção de teorias sociais trata precisamente de atingir um equilíbrio delicado entre o desejo de reconhecer as complexidades intrincadas e a riqueza da vida social, por um lado, e a necessidade científica de discernir regularidades, padrões e tendências subjacentes, por outro. A formação de teorias é exatamente sobre generalizar, que é um processo reducionista por definição, onde a exceção pode muito bem provar a regra. [...] A questão crucial para a formação de teorias sociais bem-sucedidas é encontrar o nível ótimo de generalização que permite complexidade e diversidade para até certo ponto, sem trilhar o caminho estéril do relativismo e do excepcionalismo (Skeldon 1997, Tilly 1984). (De Haas, 2010a, p.5-6, Tradução nossa)

## REFERÊNCIAS


AZZONI, Carlos Roberto. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. . São Paulo/SP: IPE/USP, 1986 .

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. *In*: CUNHA, J. M. P. da (org.). **Mobilidade espacial da população**: Desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas/SP: Nepo/Unicamp, 2011. cap. IV, p. 71-94. ISBN 9788588258303.

BOURNE, L. S.; SIMMONS, J. The conceptualization and analysis of urban systems: a North American perspective. *In*: CHAMPION, T.; HUGO, G. (ed.). **New Forms of Urbanization**: Beyond the Urban Rural Dichotomy. Aldershot/Hampshire/United Kingdom: Ashgate Publishing Ltd., 2004.

BRAGA, F. G. **Conexões territoriais e redes migratórias**: uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil. Orientador: Prof. Dr. Dimitri Fazito de Almeida Rezende. 2011. Tese (Doutorado em Demografia) – Programa de Pós-Graduação em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2011.

BRITO, F.. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 221–236, maio 2006.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil:** um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Texto para Discussão 366. Belo Horizonte/MG: UFMG/CEDEPLAR, 2009. 20p.

BURCH, T. K. Demography in a new key: A theory of population theory. **Demographic Research,** Rostock/Germany, v. 9, n. 11, p. 263-284, 2003. DOI: https://doi.org/10.4054/DemRes.2003.9.11.

CALDWELL, J. C. Toward A Restatement of Demographic Transition Theory: A theory of population theory. **Population and Development Review**, [*s. l.*], v. 2, n. 3/4, p. 321-366, 1976. DOI: https://doi.org/10.2307/1971615.

CAMARANO, A. A.; BELTRÃO, K. I. **Distribuição espacial da população brasileira:** Mudanças na segunda metade deste século. Texto para discussão 766. Brasília/DF: IPEA, 2000.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, *[S. l.]*, v. 13, n. 2, p. 27, 2011. DOI: 10.22296/2317-1529.2011v13n2p27.

CARVALHO, R. C. **Exploring the changing patterns of population (re)distribution in Brazil**: A multiscale and multidimensional approach. Orientador: Prof. Dr. José Irineu Rangel Rigotti. 2017. 123 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Programa de Pós-Graduação em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2017.

CASTELLS, M. **Sociedade em Rede.** Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1996.

CHAMPION, T.; HUGO, G. (ed.). **New Forms of Urbanization**: Beyond the Urban Rural Dichotomy. Aldershot/Hampshire/United Kingdom: Ashgate Publishing Ltd., 2004.

CORRÊA, R. L. Modelos em geografia-Uma breve discussão. **Revista Brasileira de Geografia [online]**, *[S. l],* 66. 2021. **DOI:** https://doi.org/10.21579/issn.2526-0375_2021_n1_51-56.

CUNHA, J. M. P. da. U rbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina. **Anales del Proyecto Regional de Población 2000-2003 CELADE-FNUAP (Fondo de Población de las Naciones Unidas)**: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE)-División de Población, Santiago/Chile,, 2002. 55p.

CUNHA, J. M. P. da (org.). **Mobilidade espacial da população**: Desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas/SP: Nepo/Unicamp, 2011. ISBN 9788588258303.

DE HASS, H. Migration transitions:: A theoretical and empirical inquiry into the developmental drivers of international migration. **The International Migration Institute (IMI), Oxford Department of International Development**, Oxford /UK, 2010a.

DE HASS, H.. Migration and Development: A Theoretical Perspective. **International Migration Review**, [*s. l.*], v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010b. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2009.00804.x.

DE HASS, H. The Internal Dynamics of Migration Processes: A Theoretical Inquiry. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, [*s. l.*], v. 36, n. 10, p. 1587-1617, 2010c. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2009.00804.x

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, *[S. l.]*, v. 3, n. 1, 1993.

DUNCAN, O. D. Community Size and the Rural-Urban Continuum. *In*: HATT, P. K.; REISS JR., A. J. (ed.). **Cities and Society**. Glencoe/Escócia: The Free Press, 1957. p. 35-45.

GIERE, R. N. **Science Without Laws**. Chicago/Il/USA: University of Chicago Press, 1999.

GIERE, R. N. Scientific perspectivism. Chicago/Il/USA: University of Chicago Press, 2006.

GOMES, F. C. M. **Análise comparativa de métodos de interpolação em modelos digitais de elevação**. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Tavares Zaidan. 2021. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia do ICH – Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora/MG, 2021.

GOMES, F. C. M.; ZAIDAN, R. T. A Ideia De Modelo No Fazer Científico: Uma Simples Contribuição Teórica à Geografia Brasileira. **Revista Brasileira de Geografia Física**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 1517-1531, jun. 2022. ISSN 1984-2295.DOI: https://doi.org/10.26848/rbgf.v15.3.p1517-1531.

HADDAD, P. R. O que fazer com o planejamento regional no Brasil na próxima década? **Planejamento e Políticas Públicas**, v.1, n.1, p.67-92, 1989.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do fim dos territórios à multiterritorialidade. 13ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2004.

HAN, B.C. **Agonia do Eros.** Petropolis/RJ : Vozes, 2017. 96p. ISBN: 9788532655189.

HANSEN, N. Systems Approaches to Human Settlements. **Papers in Regional Science**, [*s. l.*], v. 38, n. 1, p. 17-31, 1977.

HATT, P. K.; REISS JR., A. J. (ed.). **Cities and Society**. Glencoe/Escócia: The Free Press, 1957. p. 35-45.DOI: https://doi.org/10.1111/j.1435-5597.1977.tb00989.x.

HEEMSKERK, M.K.; WILSON, K.; PAVAO-ZUCKERMAN, M. Conceptual Models as Tools for Communication Across Disciplines. **Conservation Ecology**, [*s. l.*], v. 7, n. 3, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: configurações atuais e tendências da rede urbana – IPEA, IBGE, UNICAMP.. Brasília/DF: IPEA, 2001. 396 p. v. 1. ISBN 8586170364.

JONES, G. W.; VISARIA, P. M. (ed.). **Urbanization in large developing countries**: China, Indonesia, Brazil and India. Oxford/UK: Oxford University Press, 1998

LENCIONI, S. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território:** Globalização e Fragmentação 2. ed. São Paulo/SP: HUCITEC/ ANPUR, 1996.

LOBO, C.; MATOS, R.. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de Influência das principais metrópoles Brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 28, n. 1, p. 81–101, jan. 2011.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Textos para Discussão 329, Brasília/DF: IPEA, 1994.

MARTINE, G.; DINIZ, C. C. Economic and demographic concentration in Brazil: recent inversion of historical patterns. *In*: JONES, G. W.; VISARIA, P. M. (ed.). **Urbanization in large developing countries**: China, Indonesia, Brazil and India. Oxford/UK: Oxford University Press, 1998. p. 205-227.

MATOS, R. Aglomerações Urbanas, Rede de Cidades e Desconcentração Demográfica no Brasil. **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000**. Belo Horizonte/MG: ABEP/ CEDEPLAR, 2000.

MATOS, R.; BAENINGER, R. Migração e urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente. **Cadernos do Leste**, *[S. l.]*, v. 8, n. 8, 2008. DOI: 10.29327/249218.8.8-8.

MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. *In:* SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território:** . Globalização e Fragmentação 2. ed. São Paulo/SP: HUCITEC/ ANPUR, 1996.

MONTE-MÓR, R. L. M. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo.** Texto para discussão 281. Belo Horizonte/MG: UFMG/CEDEPLAR, 2006.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo/SP: Annablume, 2007.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Orientador: Prof. Dr. Wilson Cano. 1994. 279 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1994,

NOTESTEIN, F. W. Population – The Long View. *In:* SCHULTZ, T. W. (Org.), **Food for the World**. Vol. 36. Chicago: University of Chicago Press, 1945. p.36-69.

OMRAN, A. R., The epidemiological transition: a theory of the epidemiology of population change. **Milbank Memorial Fund Quarterly**, 49 (Part 1). 1971. p. 509-538.

PACHECO, C. A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. **Economia e Sociedade**, Campinas/SP, v.6, p. 113-40, 1996.

PUMAIN, D. Conceptualizing Settlement Systems: An evolutionary approach to settlement systems.. *In*: CHAMPION, T.; HUGO, G. (ed.). **New Forms of Urbanization**: Beyond the Urban Rural Dichotomy. Aldershot/Hampshire/United Kingdom: Ashgate Publishing Ltd., 2004.

RICHARDSON, H. W. Polarization reversal in developing countries. **Papers of the Regional Science Association** 45, p. 67-85. 1980. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1435-5597.1980.tb01101.x

RIGOTTI, J. I. R.. Geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 237–254, maio 2006.

RIGOTTI, J. I. R.; CUNHA, J. M. P. A migração interna nos últimos 50 anos: (des)continuidades, rupturas e recrudescimentos. **Anales de la XI Reunión Nacional de Investigación Demográfica em México. Sociedad Mexicana de Demográfia (SOMEDE).** Águas Calientes/México, 2012.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território:** . Globalização e Fragmentação 2. ed. São Paulo/SP: HUCITEC/ ANPUR, 1996.

SANTOS, M. A **Natureza do Espaço**. São Paulo/SP: Editora da USP, 2002.

SCHAEFER, F. K. Exceptionalism in Geography: A Methodological Examination. **Annals of the Association of American Geographers**, vol. 43, nº. 3, 1953, p. 226–49.DOI: https://doi.org/10.2307/2560876.

SCHULTZ, T. W. (Org.), **Food for the World**. Vol. 36. Chicago: University of Chicago Press, 1945.

SKELDON, R. **Migration and development:** A global perspective. Essex:/UK Longman, 1997.

SKELDON, R. Migration Transitions Revisited: Their Continued Relevance for the Development of Migration Theory. Population, Space and Place v.18, n. 2, p. 154-166. 2012. DOI: https://doi.org/10.1002/psp.667

SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias:** espaços em transição. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2007.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. **The State of World Population 2007:** Unleashing the Potencial of Urban Growth. New York City/USA: UNFPA, 2007.

ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. **The Geographical Review**, v. 61, p. 219-249. 1971. DOI: https://doi.org/10.2307/213996

## SOBRE O AUTOR

**RODRIGO COELHO DE CARVALHO** – Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005), mestre (2013) e doutor (2017) em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/FACE/UFMG). Possui experiência nas áreas de Demografia e Geografia, sobretudo nos temas de distribuição espacial da população, migrações, estudos urbanos e regionais, análise espacial e socioeconômica. A partir de 2007, passou a atuar como consultor no setor público e privado na elaboração de estudos e diagnósticos socioeconômicos, Estudos de Impacto Ambiental (EIA), Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), laudos técnicos ambientais, produção de mapas, projeções demográficas, entre outros trabalhos. Nos anos de 2017 e 2018, trabalhou como pesquisador de pós-doutorado no grupo de Políticas Públicas e Direitos Humanos em Saúde e Saneamento (PPDH) do Instituto René Rachou/Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ-MG). Durante o ano de 2022, foi professor adjunto substituto no Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG). Desde 2020 é pesquisador de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Demografia do CEDEPLAR/FACE/UFMG (bolsista PNPD/CAPES).

E-mail: rccgeo@gmail.com